NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 30/Set

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2424/2020

BAHIA

VIGILANTES EX-PROSEGUR – PAGAMENTO DE PROCESSO:

MAIS UMA GRANA COMPLEMENTAR PARA 15 COLEGAS EX-PROSEGUR – MULTA RESCISORIA.

Dezesseis colegas ex-Prosegur relacionados num processo de 2016, de iniciativa do Sindvigilantes/Bahia contra a Prosegur cobrando multa por atraso no pagamento ou homologação da rescisão já receberam créditos neste processo e agora são chamados a comparecerem ao Sindicato para receber um valor complementar. No total são mais 5.400 divididos para estes 15 trabalhadores.

Para a direção do Sindicato é sempre gratificante tirar dinheiro de patrões exploradores e entregar aos colegas.

Para todos no Sindicato (Dirigentes, Advogados e Funcionários) é sentimento de dever cumprido, de compromisso respeitado.

Para os colegas, vale ter fé na luta e confiança no seu instrumento sindical.

Se ligue, confira seu nome a seguir e compareça ao Sindicato na próxima quinta-feira, dia 01/10, às 9h. Seu cheque lhe espera.

Leve original e cópia do seu RG, CPF, prova de residência e CTPS (pagina da foto, verso e do contrato Prosegur).

Parabéns!

PROCESSO 1336.2014.12ª - SINDVIGILANTES/BA X PROSEGUR/MULTA 477

1. ADEMIR BARBOSA DA CRUZ
2. ANDRÉ LUIS ANDRADE DA PUREZA
3. ANDRÉ LUIS DA SILVA FERREIRA
4. CLAUDIO MAGALHAES SALES
5. CLEOSVALDO CERQUEIRA LEITE
6. DEISE PEDREIRA SOUZA
7. EDSON ALMEIDA DOS SANTOS
8. FABIO DE LIMA BISPO
9. FABIO OLIVEIRA SANTIAGO
10. GILCIMAR SANTANA DO CARMO
11. JAIR DOS SANTOS FERREIRA
12. JEFFERSON LIMA SILVA
13. JOÃO CARLOS SANTOS DA SILVA
14. LUIZ CARLOS CRUZ DE ARAUJO
15. PASCOAL NASCIMENTO DOS SANTOS

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Depois de cinco dias internado, deputado Chico Vigilante (PT) deixa UTI

O distrital ficou na UTI por ter apresentado uma baixa de sódio no organismo. Ele segue no hospital, mas teve melhora no quadro de saúde

RAFAELA FELICCIANO/METRÓPOLES

Depois de cinco dias internado, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) teve alta da Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A melhora do parlamentar foi informada pela colega de Câmara Legislativa Arlete Sampaio (PT), durante sessão realizada nesta terça-feira (29/9).

Vigilante foi internado na UTI do Hospital DF Star, na Asa Sul, após apresentar dores constantes nas costas. De acordo com assessores, Chico Vigilante sofreu baixa de sódio. Por isso, precisou ser internado para equilibrar a taxa no organismo.

"Sai da UTI às 16h50. A recuperação está boa. Não sabia que deficiência de sódio era tão grave", disse o parlamentar ao Metrópoles.

Segundo Vigilante, os médicos explicaram que a queda de sódio pode gerar graves complicações aos pacientes, incluindo convulsões e perda da capacidade de raciocínio.

Segundo assessoria, o parlamentar sofreu queda na taxa de sódioJP Rodrigues/Metrópoles

O deputado distrital está acompanhado da família no hospital. Nesse caso, nas palavras de assessores, a internação é uma medida de precaução.

Em 2019, o parlamentar precisou ser internado no Hospital do Coração do Brasil, após sentir dores no peito. Em 2018, o distrital tratou uma infecção urinária.

Fonte: metrópoles

INSS: veja quem precisa realizar perícia médica para receber o benefício

Hoje, mais de 369 mil pedidos para o procedimento dizem respeito à solicitação do auxílio por incapacidade temporária

HUGO BARRETO/METRÓPOLES

Atualmente, cerca de 790 mil requerimentos aguardam a realização de perícia médica pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a concessão do benefício.

Mais de 369 mil se referem a pedidos do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e 393,6 mil a Benefício de Prestação Continuada (BPC) para deficientes.

Desde o último dia 14, as agências de Previdência Social começaram a reabrir, mas seguem sem a presença de médicos peritos federais em várias delas.

Na última sexta-feira (25/9), cerca de 30% dos profissionais que deveriam retornar ao trabalho presencial seguiram em teletrabalho, segundo dados do próprio INSS.

Para esta segunda-feira (28/9), a Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP) autorizou a volta de 172 agências do INSS.

"Tivemos uma atualização no domingo (27/9),

com mais seis aptas. Hoje, vamos fazer mais vistorias, pois o INSS liberou mais agências", disse o vice-presidente da ANMP, Francisco Cardoso, ao Metrópoles.

Perícias

O advogado Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), explica que a perícia médica é necessária em toda espécie de benefício cuja causa principal seja incapacidade ou deficiência.

É o caso, por exemplo, do auxílio por incapacidade permanente, quando o trabalhador fica incapaz para o trabalho e não consegue ser reabilitado em outra profissão.

Neste caso, o segurado do INSS deve, inicialmente, requerer um auxílio-doença, que tem os mesmos requisitos da aposentadoria por invalidez.

Assim, caso a perícia médica constate incapacidade permanente para o trabalho, sem possibilidade de reabilitação para outra função, a aposentadoria por invalidez será indicada.

A seguir, veja todos os benefícios que precisam da realização de perícias médicas:

- Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez);
- Benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença);
- Pensão por morte para dependente inválido ou com deficiência;
- Aposentadoria da pessoa com deficiência;
- Análise das condições especiais e PPP para aposentadoria especial;
- Benefício de prestação continuada da LOAS à pessoa com deficiência;
- Isenção de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF);
- Adicional de 25% acompanhante.

Antecipação

O INSS tem antecipado a concessão de um salário mínimo (R$ 1.045) para segurados que solicitarem o auxílio-doença e de R$ 600 do BPC até o próximo dia 31 de outubro. O valor será devido até 31 de dezembro.

Para solicitar o benefício, o segurado deve anexar atestado médico junto ao requerimento, mediante declaração de responsabilidade pelo documento apresentado, por meio do portal ou aplicativo Meu INSS.

O atestado médico deverá ser legível e sem rasuras. O documento precisa conter as seguintes informações: assinatura e carimbo do médico, com registro do Conselho Regional de Medicina (CRM); informações sobre a doença ou a respectiva numeração da Classificação Internacional de Doenças (CID); e prazo estimado do repouso necessário.

"Mas esse adiantamento é provisório e exigirá a presença do segurado na perícia para validar o benefício", explica o advogado Diego Cherulli, especialista em direito previdenciário.

Caso o INSS não aprove a antecipação do auxílio-doença ou do BPC, a portaria estabelece que o segurado deverá agendar uma perícia médica, com garantia da Data de Entrada do Requerimento (DER) — ou seja, se aprovado, o dinheiro será pago acumulado a partir da primeira solicitação.

"Não sendo realizado o agendamento da perícia médica no prazo de 30 dias após a retomada do atendimento presencial da perícia médica, o requerimento administrativo será arquivado", complementa o INSS.

Fonte: Metrópoles

Campanha em defesa do serviço público é lançada nesta quarta (30)

CUT e demais centrais se unem em defesa das estatais e do serviço público; manifestações contra as privatizações e contra a proposta de reforma administrativa proposta pelo governo ocorrerão em todo o país

Os • Centrais sindicais lançam campanha em defesa das empresas e dos serviços públicos;

• PEC 32/2020 pode levar a população, que já sofre devido o sucateamento das empresas públicas, a ficar de vez sem os serviços públicos;

• Bolsonaro representa um projeto que visa a entrega do patrimônio público ao setor privado;

• Bancos públicos e toda a população podem ser afetados;

• Dados apontam que 42% dos municípios do país não possuem nenhuma agência bancária;

• Bancos privados concentram atuação na região Sudeste e, especificamente, na cidade de São Paulo.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais centrais sindicais lançam, nesta quarta-feira (30), a Campanha Nacional em Defesa das Estatais e do Serviço Público. Serão realizados atos presenciais e virtuais em diversos locais do país. A campanha será permanente e visa denunciar à sociedade os prejuízos causados à população pelo processo de destruição do setor público brasileiro, que vem sendo intensificado pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), com a

busca de privatização de estatais estratégicas para o país, diversos ataques aos servidores e o sucateamento do serviço público prestado à população.

A população brasileira, que já sofre com a falta de estrutura e as dificuldades de acesso a serviços públicos, como na área da saúde e da seguridade social, com postos, hospitais e agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com equipamentos velhos e sem o contingente suficiente de servidores para prestar atendimento, corre o risco de perder totalmente o direito ao serviço público. A proposta de Emenda Constitucional da reforma administrativa (EC 32), que Bolsonaro enviou ao Congresso, faz com que os serviços públicos passem para as mãos de Organizações Sociais (OS) e outros instrumentos que estão previstos em Lei que precarizam o trabalho e baixam a qualidade dos serviços prestados ao povo.

"A maioria da população já entendeu que se é público é para todos e que o setor privado visa apenas o lucro, a exemplo dos planos de saúde, que poucos podem pagar por um ótimo plano que dá acesso aos melhores hospitais, exames e serviços. E quando o tratamento é muito caro eles jogam o custo para o SUS. Cobram diferente conforme a faixa etária tornando impeditivo para os que tem mais idade e que, normalmente usam mais. O ideal é investir na saúde pública e esse governo está fazendo o oposto, tirando recursos, mesmo na pandemia", disse Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), lembrando do aumento dos custos de energia, gás e gasolina, que foram ou estão sendo repassados à iniciativa privada.

Juvandia comentou também do desmonte dos Correios, que está sendo promovido por Bolsonaro, lembrando da importância da empresa para os brasileiros e que hoje está em todo o Brasil, mas se for privatizado muitos municípios deixarão de receber encomendas; remédios etc. levados pela empresa pública, assim como os bancos privados não querem estar nos municípios menores.

"Bolsonaro representa um projeto que visa a entrega do patrimônio público ao setor privado. Estão promovendo um desmonte tamanho que, daqui a pouco, todos os brasileiros terão de pagar pela saúde, pela educação, segurança, acesso a água e por todos os demais serviços públicos. E somente quem vai conseguir pagar são os ricos, não os trabalhadores, nem os profissionais liberais, micro e pequenos empresários", completou Juvandia presidenta da Contraf-CUT.

Bancos públicos

Além dos trabalhadores de bancos públicos, toda a população pode ser afetada pelas propostas do governo Bolsonaro, incluindo a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste Brasileiro. "Sabemos da importância dos serviços prestados pelos bancos públicos em todo o país. Nos bairros e cidades afastados dos centros comerciais, o serviço bancário é garantido somente pelos bancos públicos. Os bancos privados concentram suas agências e sua atuação nas regiões e locais onde a população tem maior renda", disse a economista Vivian Machado, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ressaltando que o serviço prestado pelos bancos privados é uma concessão pública.

Um levantamento realizado pelo Dieese aponta que os bancos privados concentram sua atuação na região Sudeste, mais especificamente na cidade de São Paulo. Essa realidade é constatada tanto em número de agências, quanto no montante de crédito. Os dados apontam que 42% dos municípios do país não possuem nenhuma agência bancária. Em 7% não qualquer tipo de atendimento bancário. Os dados mostram que, de janeiro a abril de 2020, foram fechadas 283 agências bancárias no país.

Em 2012, os bancos atendiam 66% dos municípios brasileiros. Atualmente, em apenas 58%.

A redução de unidades atinge também os bancos públicos. Nos últimos três anos a Caixa perdeu 42 agências. E março de 2017, o banco contava com 3.414 agências; em março de 2020, com 3.372 agências. No Banco do Brasil, a redução de agências começou a partir de 2015. No final de dezembro de 2014 o BB possuía 5.524 agências. Em março de 2020 apenas 4.368. Uma redução de 1.156 unidades só do BB.

Em alguns estados, a situação é extremamente crítica, como em Roraima, onde dos 15 municípios, apenas quatro contam com agências bancárias. Em três deles existem apenas agências de bancos públicos. Bancos privados, apenas na capital. "As pessoas precisam se deslocar por longas distâncias, irem para outras cidades para poder contar com os serviços de um banco. Em grande parte das vezes, quando encontra, precisa enfrentar longas filas, porque os bancos, além de reduzir as agências, também estão reduzindo o quadro de funcionários", disse a economista Vivian Machado, do Dieese, uma das responsáveis pelo levantamento das informações.

O sucateamento, que afeta o atendimento à população, também ocorre com a redução do quadro de funcionários. A Caixa, por exemplo, chegou a ter 101.484 empregados em 2014. Nos resultados do balanço do 1º trimestre de 2020, o banco informou que possui quadro de pessoal com 84.113 trabalhadores.

Concentração do crédito

A economista do Dieese afirma ainda que os bancos privados concentram sua atuação na região Sudeste. "Isso é constatado não apenas no número de agências, mas também na concessão de crédito. Os bancos privados só concedem mais crédito na região Sudeste, nas outras quatro, a maior parte do crédito é dos bancos públicos, chegando próximo aos 90% no Norte, Centro-Oeste e Nordeste e a 80% no Sul", informou a economista do Dieese.

Dados do Banco Central apontam que 90,9% do crédito concedido no Norte tem origem nos bancos públicos; no Centro-Oeste, 88,1% provém de bancos públicos, no Nordeste 84,8% e no Sul 80,5%.

"Este número já foi maior, mas desde 2015 os governos estão reduzindo o poder de atuação dos bancos públicos", alertou a economista do Dieese.

"Este é mais um dos motivos pelos quais é tão importante defendermos os bancos públicos. São eles que atendem as necessidades da sociedade. Os bancos privados se preocupam com o lucro e com a rentabilidade que terão com o negócio", concluiu a presidenta da Contraf-CUT.

INSS autoriza antecipação do auxílio por incapacidade temporária

O segurado que optar pela antecipação, o antigo auxílio-doença, deverá anexar ao requerimento, por meio do site ou aplicativo Meu INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia autorizaram a antecipação de de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença.

Uma portaria conjunta, publicada nesta terça-feira (29/9) no Diário Oficial da União (DOU) determina que o segurado, no momento do requerimento, fará a opção pelo agendamento da perícia médica para a concessão do benefício. Ela será feita em uma das unidades de atendimento da Perícia Médica Federal, cujo serviço esteja disponível, ou pela antecipação do pagamento.

"O requerimento do agendamento da perícia médica e o requerimento da antecipação são excludentes entre si, sem prejuízo do posterior agendamento de perícia para as antecipações realizadas", frisa o texto.

O segurado que optar pela antecipação deverá anexar ao requerimento, por meio do site ou aplicativo Meu INSS, e mediante declaração de responsabilidade pelos documentos apresentados, o atestado médico.

A portaria é assinada pelo secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal, e pelo presidente do INSS, Leonardo José Rolim Guimarães.

Fonte: Metrópoles

Projeto de Bolsonaro é retirar direitos, aumentar encargos e reduzir papel do estado

Há quase dois anos no poder, o governo do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) ainda não apresentou um projeto sequer de desenvolvimento econômico, com geração de emprego, justiça e inclusão social para o país. As reformas propostas pelo ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, são sempre na linha de reduzir o papel do Estado, retirar direitos sociais e aumentar encargos e impostos que

prejudicam os mais pobres.

A avaliação é do diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior.

Nesta segunda-feira (28), o governo anunciou o novo programa social, o Renda Cidadã, que vai substituir o Bolsa Família. O relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar disse que o novo programa será incorporado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que traz medidas do pacto federativo e de ajuste fiscal. Ele também é o relator desse texto.

O anúncio foi feito dias semanas após Bolsonaro dizer que o Renda Brasil, que virou Renda Cidadã, não seria sequer discutir até 2022. Ele se irritou por causa das reações contrárias as propostas da equipe econômica de congelar aposentadorias por dois anos para bancar o programa. No dia seguinte, foi convencido por Bittar a criar um programa com outro nome.

E ontem o governo enviou a proposta de bancar o Renda Cidadão com recursos retirados do Fundeb (fundo para a educação) e de precatórios, que são dívidas do governo cobradas após decisão judicial, a maioria de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que esperam anos e anos pela concessão ou revisão de benefícios como aposentadoria e pensões.

Sem apoio parlamentar, o governo tirou da proposta a criação de um imposto sobre transações digitais, semelhante a antiga CPFM.

Para o diretor técnico do Dieese, Bolsonaro e Guedes não pretendem fazer uma reforma tributária que torne o sistema brasileiro menos injusto, mas sim aumentar a arrecadação a qualquer custo.

"A CPMF é um caminho fácil para isso, porque já foi utilizada e arrecada rapidamente. Entretanto, tem um caráter regressivo, porque a população paga a mesma alíquota independentemente do status social", explica Fausto, no Jornal Brasil Atual.

Reformas

As reformas propostas pela equipe econômica de Paulo Guedes vão na direção de um país mais desigual. Uma das modificações tributárias diz respeito à unificação do PIS e da Cofins em um tributo sobre valor agregado, com o nome de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e alíquota de 12%. A arrecadação destes tributos ajudava no orçamento da seguridade social.

Segundo Fausto, o governo federal só tem interesse em se aproximar dos extratos mais ricos, sem a intenção de tributá-los. "Esses super ricos ampliaram seus patrimônios durante a pandemia e não serão onerados na crise. É um cenário bastante difícil, onde o mercado pede mais reformas, mas que são tentativas de desconstrução do Estado. Já vimos, desde 2016, o Teto de Gastos, as reformas trabalhista e da Previdência, tudo em busca de um país mais injusto e concentrador de renda", criticou.

Além disso, Guedes quer passar a reforma administrativa, que prevê retirada de servidores e recursos de setores como educação, saúde e segurança. Ou seja, o projeto deve sucatear ainda mais o acesso a direitos sociais previstos na Constituição Federal.

"O cidadão comum, que tem sua vida vinculada aos direitos sociais, vai perder parte deles, porque é a reconstrução de um Estado que tira sua renda e faz você pagar a conta da crise. O atual presidente chama de privilegiado o trabalhador formal com uma renda estável, tirando o foco dos grandes banqueiros e empresários", acrescenta o diretor técnico do Dieese.

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF